

APROVO

Pimenta
Machado
O

Assinado de
forma digital por
Pimenta Machado
Dados: 2024.05.10
17:35:21 +01'00'

**O Vice-Presidente do Conselho Diretivo
da APA, I.P.**



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Aquisição de Serviços de Manutenção e Reparação de Viaturas da Agência
Portuguesa do Ambiente, IP

P.AGREG 070/2023

PA 070/2023.1

CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL

Artigo 1.º

Identificação do procedimento

O presente procedimento de concurso público urgente foi adotado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), com sede na Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Alfragide, Amadora, e os seguintes contactos:

Telefone:	21 472 82 00
Endereço eletrónico:	geral@apambiente.pt

Artigo 3.º

Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção e reparação das viaturas multimarcas que constituem a frota automóvel da APA, I.P., e que se encontram alocadas à sua sede e às 5 Administrações de Região Hidrográficas (ARH) que a integram, nos termos previstos no caderno de encargos e dos seus anexos, do qual faz parte integrante.
2. A aquisição dos serviços está dividida nos seguintes lotes:
 - a. Lote 1 – Porto e Mirandela
 - b. Lote 2 – Coimbra;
 - c. Lote 3 – Portalegre;
 - d. Lote 4 – Santarém;
 - e. Lote 5 – Lisboa;
 - f. Lote 6 – Vila Nova de Santo André;
 - g. Lote 7 – Évora;
 - h. Lote 8 – Beja;
 - i. Lote 9 – Faro.
3. O concurso rege-se pelo disposto no presente programa, no caderno de encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados e efetuados.

Artigo 4.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho do Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, I.P., nos termos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, Vice-Presidente do Conselho Diretivo, no uso da competência delegada ao abrigo da alínea b), do n.º 1 e da subalínea i. da alínea a) do n.º 4, ambos da Deliberação nº 260/2024, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro.

Artigo 5.º

Concorrentes

1. Podem concorrer ao presente procedimento qualquer entidade, pessoa singular ou coletiva, ou agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Tratando-se de um agrupamento concorrente, os membros que o constituem:
 - a) Não podem concorrer isoladamente ao presente procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente;
 - b) São solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta;
 - c) Devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em caso de adjudicação.
3. Os concorrentes ao presente procedimento não se podem encontrar em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 6.º

Modalidade jurídica de associação de agrupamento

Em caso de adjudicação a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária.

Artigo 7.º

Plataforma eletrónica de contratação e assinatura eletrónica

1. As formalidades respeitantes ao presente procedimento, bem como o carregamento de todos os documentos são assegurados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
2. Todos os documentos que constituem as propostas, incluindo os documentos anexos, emitidos pelos concorrentes e carregados na plataforma eletrónica de contratação

indicada no número anterior, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica.

3. Os demais documentos que integram as propostas emitidos por entidades terceiras devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
4. Os certificados a que se refere o n.º 2 são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, a entidade interessada deve submeter à plataforma um documento eletrónico oficial comprovativo do poder de representação do assinante.
6. Quando a proposta é apresentada por um agrupamento concorrente, todos os documentos que a integram devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o constituem, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
7. Para efeitos de consulta dos interessados, as peças do procedimento encontram-se patentes na Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA, IP), na Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Alfragide, Amadora, com o telefone n.º +351 21 472 82 00.

Artigo 8.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação indicada no artigo anterior, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento que detetem, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 50.º do CCP.
2. Até ao final do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri presta os esclarecimentos que tenham sido solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões devidamente identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetadas pelos interessados são disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação indicada no artigo anterior, junto às peças do procedimento disponíveis para consulta e imediatamente notificados desse facto todos os interessados que, entretanto, já as tenham obtido.

4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º

Prazo e modo de apresentação de propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação indicada no artigo 5.º do presente programa do procedimento, até às 23h59 do 9.º (nono) dia a contar da data do envio para publicação do anúncio no Diário da República, aplicando-se à contagem dos prazos o disposto no n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

Artigo 10.º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 11.º

Propostas apresentadas por lote

1. As propostas são apresentadas por lote.
2. Não há limite do número de lotes a que cada concorrente pode apresentar proposta, podendo apresentar proposta para um, vários ou para todos os lotes.
3. No caso de serem apresentadas, pelo mesmo concorrente, propostas para mais do que um lote as mesmas serão avaliadas individualmente.
4. Em resultado das propostas adjudicadas, os contratos podem ser celebrados por lote ou combinar vários ou a totalidade dos lotes.
5. Se, em relação a um ou mais lotes não forem apresentadas propostas ou forem excluídas as propostas apresentadas, é adotado o procedimento de ajuste direto, ao abrigo da alínea a) ou b), consoante o caso, do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

Artigo 12.º

Documentos da proposta

1. A proposta, a apresentar por lote, é constituída pelos seguintes documentos nos termos do artigo 57.º do CCP:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos de acordo com o ANEXO I ao CCP e conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa do procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento denominado "Proposta" elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo III ao presente programa do procedimento, do qual faz parte integrante, com

preenchimento obrigatório dos seguintes elementos:

- I. O nome ou denominação social do concorrente e número de identificação fiscal (NIF);
 - II. Referência ao Procedimento de Contratação e identificação do lote a que concorre;
 - III. Os seguintes atributos da proposta submetidos à concorrência:
 - i. Documento onde conste a descrição dos serviços a prestar, valores e condições associadas, de acordo com o Anexo III, deste programa;
 - ii. Preço mão-de-obra/hora, único, aplicável às especialidades de mecânica-auto, bate-chapas-auto, pintura-auto, eletricidade-auto e estofador-auto;
 - iii. Preço total das peças da listagem da amostra, constituída por peças e acessórios novos multimarca/linha branca, ou de origem, conforme Anexo IV ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante, sendo obrigatório o preenchimento integral do quadro.
 - iv. Preço total dos serviços de alinhamento de direção e serviços conexos, considerando o quadro relativo aos serviços de diagnóstico e reset de avarias e de equilibragem de pneus, alinhamento de direção e serviços conexos;
 - v. Prazo de garantia dos bens e serviços de manutenção e assistência técnica automóvel, onde estarão incluídos os artigos homologados (peças e acessórios), com a exceção dos materiais de desgaste rápido, expresso em meses;
 - vi. Prazo de resposta de orçamentação, que consiste no intervalo de tempo entre o momento da receção do veículo e a hora do envio do orçamento de reparação, expresso exclusivamente em unidade/hora;
 - vii. Prazo de resposta da reparação, que consiste no intervalo de tempo entre o momento da comunicação de aceitação do orçamento e a hora do início da reparação, expressa exclusivamente em unidade/hora, considerando os períodos máximos de execução indicados no n.º 1 da parte I, do Anexo ao caderno de encargos, do qual faz parte integrante.
 - IV. As seguintes condições não submetidas à concorrência:
 - i. Capacidade de reboque de veículos ligeiros por dia, sem custos adicionais, expressa em unidades;
 - ii. Identificação completa das instalações oficiais a utilizar na prestação dos serviços;
 - iii. Número de executantes/trabalhadores, por especialidade, de que dispõe para a prestação dos serviços.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar relevantes para apreciação da mesma.

3. Todos os documentos que constituem a proposta acima indicados devem ser assinados eletronicamente, nos termos do artigo 7.º do presente programa de procedimento.
4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser exclusivamente redigidos em língua portuguesa.
5. Os preços constantes das propostas devem ser expressos em euros, indicados em algarismos e por extenso e não devem incluir o IVA.
6. Em caso de divergência entre o preço indicado em algarismos e por extenso, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 13.º

Lista dos concorrentes

O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, publicita a lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação indicada no artigo 7.º do presente programa do procedimento, nos termos previstos no artigo 138.º do CCP.

Artigo 14.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita por lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em conta os seguintes fatores, enunciados por ordem decrescente de relevância, com as respetivas ponderações e pontuações:

Fatores	Ponderação	Pontos
Preço de mão-de-obra	40%	40
Preço total das peças da listagem de amostragem	25%	25
Serviços de alinhamento de direção e serviços conexos	15%	15
Garantia das reparações incluindo as peças e acessórios	10%	10
Prazo de resposta de orçamentação	5%	5

Prazo de resposta da reparação	5%	5
Total	100%	100

2. Em caso de igualdade e para efeito de desempate, será adjudicada a proposta que for selecionada na sequência de sorteio a realizar presencialmente com os interessados, sendo notificados todos os concorrentes, com um prazo de três dias úteis de antecedência, da data, hora e local da realização do mesmo, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

Artigo 15.º

Modelo de avaliação de cada fator

Cada um dos fatores que decompõem o critério de adjudicação previsto no artigo anterior é avaliado nos seguintes termos:

a) Fator preço da mão-de-obra/hora:	
Lsup= Limite superior da pontuação	100
Linf= Limite inferior da pontuação	0
Fx= Preço proposto	Variável
Fa= Maior valor considerável (sem IVA incluído)	45€
Fb= Menor valor considerável (sem IVA incluído)	0,00€
Avaliação do fator = [Lsup – ((Lsup - Linf) x (Fx - Fb) / (Fa - Fb))] x Ponderação	

b) Fator preço total da listagem das peças da amostra:	
Lsup= Limite superior da pontuação	100
Linf= Limite inferior da pontuação	0
Fx= Preço proposto	Variável
Fa= Maior valor considerável (sem IVA incluído)	5.460,00€
Fb= Menor valor considerável (sem IVA incluído)	0,00€
Avaliação do fator = [Lsup – ((Lsup - Linf) x (Fx - Fb) / (Fa - Fb))] x Ponderação	

c) Alinhamento de direção e serviços conexos	
Lsup= Limite superior da pontuação	100
Linf= Limite inferior da pontuação	0
Fx= Preço proposto	Variável
Fa= Maior valor considerável (sem IVA incluído)	81,90€
Fb= Menor valor considerável (sem IVA incluído)	0,00€
Avaliação do fator = $[Lsup - ((Lsup - Linf) \times (Fx - Fb) / (Fa - Fb))]$ x Ponderação	

Quadro de diagnósticos /Tabela preços máximos admitidos na alínea c)	
Alinhamento de direção	32,50€
Equilibragem de rodas (por roda)	10,40€
Desmontagem/montagem de pneus (por roda)	13,00€
Válvula de ar para jante (por roda)	6,50€
Reparação de furo pneus de veículos ligeiros/Comerciais/TT)	19,50€
Total (valor máximo)	81,90€

d) Fator garantia das reparações, incluindo peças e acessórios:	
Lsup= Limite superior da pontuação	100
Linf= Limite inferior da pontuação	0
Fx= Tempo proposto	Variável
Fa= Maior valor considerável	36 Meses
Fb= Menor valor considerável	12 Meses
Avaliação do fator = $[Lsup - ((Lsup-Linf) \times (Fx - Fb) / (Fa - Fb))]$ x Ponderação	

e) Fator prazo de resposta de orçamentação:	
Lsup= Limite superior da pontuação	100
Linf= Limite inferior da pontuação	0
Fx= Prazo proposto Variável	Variável
Fa= Maior valor considerável	24 Horas
Fb= Menor valor considerável	1 Hora
Avaliação do fator = $[Lsup - ((Lsup - Linf) \times (Fx - Fb) / (Fa - Fb))]$ x Ponderação	

f) Fator prazo de resposta de reparação:	
Lsup= Limite superior da pontuação	100
Linf= Limite inferior da pontuação	0
Fx= Prazo proposto Variável	Variável
Fa= Maior valor considerável	24 Horas
Fb= Menor valor considerável	1 Hora
Avaliação do fator = $[Lsup - ((Lsup - Linf) \times (Fx - Fb) / (Fa - Fb))]$ x Ponderação	

Artigo 16.º

Avaliação das propostas

A classificação final de cada proposta, apresentada por lote, é calculada considerando o coeficiente de ponderação de cada fator e pontuação obtida em cada fator, de acordo com a seguinte fórmula:

$$T = Pm + Ptp + Ad + Gr + Po + Pr$$

Em que:

T= Classificação Final

Pm = Preço da mão-de-obra/hora

Ptp = Preço total das peças da listagem de amostra

Ad= Alinhamento de direção e serviços conexos

Gr = Garantia das reparações incluindo as peças e acessórios

Po= Prazo de resposta de orçamentação

Pr = Prazo de resposta da reparação

Artigo 17.º

Desempate na avaliação das propostas

1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas apresentadas, por lote, será aplicado, como primeiro fator de desempate, a pontuação obtida no fator "Preço da mão-de-obra/hora"
2. Se, após a aplicação do fator de desempate indicado no número anterior se mantiver uma situação de empate, será aplicado, como segundo fator de desempate, a pontuação obtida no fator "Preço total da listagem das peças da amostra".
3. Mantendo-se a situação de empate após a aplicação dos fatores enunciados nos números anteriores, será aplicado, como terceiro fator de desempate, a pontuação total obtida no fator "Alinhamento de direção e serviços conexos".

Artigo 18.º

Exclusão das propostas

São excluídas as propostas que revelem alguma das causas de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP, bem como as que proponham valores fora dos intervalos definidos nos fatores que decompõe o critério de adjudicação.

Artigo 19.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no artigo 14.º do presente programa de concurso, conjugado com o artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 6.º do presente programa de concurso.

Artigo 20.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 21.º

Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

Artigo 22.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a decisão de adjudicação, o adjudicatário de cada lote é notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar dessa notificação:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte;
 - b) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato.

Artigo 23.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário está obrigado a apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo do ANEXO II ao mesmo Código, do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontram em nenhuma das situações descritas, nos termos das alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Documento comprovativo da constituição do consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, se o adjudicatário for um agrupamento, de pessoas singulares ou coletivas.

- e) Documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou o respetivo código de acesso, na medida e que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do Código dos Contratos Públicos.
2. Se o adjudicatário for um agrupamento, de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação previstos no número anterior devem ser apresentados por todos os membros que o constituem.
 3. A apresentação dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo pode ser substituída pela indicação do endereço do sítio na Internet onde os mesmos possam ser consultados, bem como a informação necessária à respetiva consulta, caso se verifiquem as condições previstas no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
 4. A apresentação dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, assim como a indicação do endereço referido no número anterior, podem ser dispensadas caso o adjudicatário preste o seu consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que as entidades adjudicantes consultem a informação relativa aos mesmos.
 5. A apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP está dispensada se o adjudicatário estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do previsto no n.º 10 do artigo 81.º do CCP.
 6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa, no entanto, quando pela própria natureza ou origem, os documentos de habilitação do adjudicatário estiverem redigidos noutra língua, estes devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
 7. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

Artigo 24.º

Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 25.º

Caução

Não é exigida prestação de caução por o preço contratual ser inferior a 500.000,00€.

Artigo 26.º

Minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada e enviada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se a mesma aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao seu envio.
2. São apenas admitidas reclamações da minuta quando dela constarem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou que recusem os ajustamentos eventualmente propostos.
3. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

Artigo 27.º

Contrato

1. O contrato, a celebrar por lote, deve ser outorgado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da respetiva minuta, mas nunca antes de:
 - a) Terem sido apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Confirmados, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
2. O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, sendo que o prazo para a outorga e remessa do contrato não pode ser inferior a 3 (três) dias, a contar da comunicação do contraente público ao cocontratante.

Artigo 28.º

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação pode caducar se por facto imputável ao adjudicatário, este:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação, conforme previsto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP;
 - b) Falsificar documentos de habilitação ou prestar culposamente falsas declarações, conforme previsto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP;
 - c) Não confirmar, se for o caso, os compromissos com terceiras entidades, conforme previsto nos termos do artigo 93.º do CCP;

- d) Não assinar o contrato, nos termos previstos no artigo 105.º CCP.
2. Em caso de caducidade da adjudicação nos termos previstos do artigo anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 29.º

Comunicações

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

Artigo 30.º

Encargos dos concorrentes com a elaboração das propostas

Constitui encargo dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das propostas e à celebração dos contratos.

Cláusula 31.º

Contagem dos prazos

À contagem dos prazos na fase de formação dos contratos é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 32.º

Recurso ao Ajuste Direto

A entidade adjudicante reserva-se o direito de recorrer ao ajuste direto quando se verificarem os pressupostos da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

Artigo 33.º

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios emergentes do presente procedimento é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Artigo 34.º

Regime legal aplicável

Em tudo o que for omissa no presente programa, é aplicado o disposto no CCP, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹.. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ³:

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo Código.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

(documento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁵... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁷] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁸ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁹].

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

[Modelo do preço da proposta]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa e ao lote a que concorre), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas pelo preço de [•] € [em algarismos e por extenso], com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A esta quantia acrescerá o IVA no valor de [•] € [em algarismos e por extenso] à taxa legal em vigor de [•] %, [em algarismos e por extenso].

I. ATRIBUTOS

1. Preço da mão-de-obra/hora (preço único) abrangendo as especialidades de mecânico-auto, bate-chapas-auto, pintura-auto, eletricista-auto e estofador-auto:

<i>Preço hora s/ IVA – máximo admitido</i>	<i>Preço hora s/IVA - proposto</i>
45,00€	_____,____€

2. Preço total para as peças da listagem de amostra (novas, multimarca/linha branca e/ou origem) prevista no Anexo IV, deste programa:

<i>Preço das peças da amostra s/ IVA – máximo admitido</i>	<i>Preço proposto s/IVA</i>
5.460,00€	_____,____€

3. Preços dos serviços alinhamento de direção e serviços conexos:

<i>Serviços Propostos</i>	<i>Preço máximo s/IVA</i>	<i>Preço proposto s/IVA</i>
<i>Alinhamento de direção</i>	32,50€	_____,____€
<i>Equilibragem de rodas (por roda)</i>	10,40€	_____,____€

<i>Desmontagem/montagem de pneus (por roda)</i>	13,00€	_____,____€
<i>Válvula de ar para jantes (por roda)</i>	6,50€	_____,____€
<i>Reparação de furo pneus de veículos (Ligeiros/Comerciais/Todo o Terreno)</i>	19,50€	_____,____€
Preço Total	81,90€	_____,____€

4. Prazo de garantia das reparações, incluindo peças e acessórios:

Garantia – mínima admitida	Período de Garantia - proposta
12 Meses	_____ Meses

5. Prazo de resposta de orçamentação:

Tempo de resposta – máximo admitido	Tempo de resposta - proposta
24 Horas	_____ Horas

6. Prazo de resposta de reparação:

Tempo de resposta – máximo admitido	Tempo de resposta - proposta
24 Horas	_____ Horas

II. CONDIÇÕES

1. Capacidade de reboque de veículos ligeiros por dia, sem custos adicionais, expressa em unidades:

Quantidade/dia - Mínimo admitido	Quantidade/dia - Mínimo admitido
2	_____

2. Identificação das instalações da oficina a utilizar na prestação dos serviços:

Denominação	Morada	Endereço Eletrónico	Contacto telefónico

3. Número de executantes/trabalhadores, por especialidade, de que dispõe para a prestação dos serviços:

<i>Especialidade</i>	Quantidade
Mecânica	
Bate-Chapas	
Pintura-auto	
Eletricista-auto	
Estofador-auto	

Declara ainda que, obedecendo às condições previstas no convite e no caderno de encargos, se obriga a manter a sua proposta pelo período de [•] dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente, no Código dos Contratos Públicos.

[Local], [•] de [•] de 20[•]

[Assinaturas na qualidade e com poderes para o ato]

ANEXO IV - Peças da Listagem da Amostra

Viatura de amostra Designação das peças	Marca Modelo Versão Matricula: <u>Renault Clio</u> <u>87-39-MM</u>			Marca Modelo Versão Matricula: <u>Nissan Terrano</u> <u>73-10-OR</u>			Marca Modelo Versão Matricula: <u>Mitsubishi L200</u> <u>57-JZ-14</u>			Marca Modelo Versão Matricula: <u>Land Rover Defender</u> <u>45-19-MI</u>		
	Marca	Referência	Preço s/ IVA	Marca	Referência	Preço s/ IVA	Marca	Referência	Preço s/ IVA	Marca	Referência	Preço s/ IVA
Jogo pastilhas travão frente (completo, para 2 rodas)			€			€			€			€
Jogo pastilhas /calços travão trás (completo para 2 rodas)			€			€			€			€
Jogo discos de travão frente (2)			€			€			€			€
Jogo amortecedores frente (2)			€			€			€			€
Jogo amortecedores trás (2)			€			€			€			€
Filtro do óleo do motor			€			€			€			€
Filtro do ar do motor			€			€			€			€
Filtro do combustível			€			€			€			€
Lubrificante do motor (um litro)			€			€			€			€
Lubrificante da caixa de velocidades (um litro)			€			€			€			€
Fluido de travões (um litro)			€			€			€			€
Fluido de direção (um litro)			€			€			€			€
Fluido de arrefecimento (um litro)			€			€			€			€
Radiador de água motor			€			€			€			€
Velas (unidade)			€			€			€			€
Bateria			€			€			€			€
TOTAL			€			€			€			€